

## AÇÃO ORIGINÁRIA 2.280 DISTRITO FEDERAL

**RELATOR** : MIN. EDSON FACHIN  
**AUTOR(A/S)(ES)** : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS E OUTRO(A/S)  
**ADV.(A/S)** : ALBERTO PAVIE RIBEIRO  
**RÉU(É)(S)** : UNIÃO  
**PROC.(A/S)(ES)** : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**DECISÃO:** A Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA e a Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE impetram ação originária declaratória, com pedido de tutela de evidência e urgência, em face da Instrução Normativa n. 023/2005-DG-DOF, de 01.09.2005, expedida pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, e do Regulamento da Lei do Desarmamento (art. 33-A introduzido pelo Decreto 6.715/08), os quais teriam passado a exigir dos magistrados a comprovação de capacidade técnica de manuseio de arma de fogo e a comprovação de aptidão psicológica para a aquisição, registro e renovação de porte de arma de fogo.

Alegam as autoras que a Lei 10.826, de 2003 (Lei do Desarmamento), em seu art. 6º, excepcionou de seu âmbito de incidência os casos previstos em legislação própria, como ocorre, segundo defendem, com a carreira da magistratura. Afirmam que o primeiro regulamento da lei, editado por meio do Decreto 5.123/2004, não impôs as exigências relativas à comprovação de capacidade técnica e a comprovação de aptidão psicológicas, que constam, para os demais casos, do art. 4º da Lei do Desarmamento. Aduzem, porém, que, por conta da Instrução Normativa n. 023/2005, em seu art. 6º, § 7º, o Departamento de Polícia Federal teria submetido os membros da magistratura à comprovação de capacidade técnica de aptidão psicológica. O dispositivo impugnado tem o seguinte teor:

“Art. 6º Para o requerimento e expedição da Autorização para Aquisição de Arma de Fogo de uso Permitido por Pessoa Física, deverão ocorrer os seguintes procedimentos:

(...)

§ 7º Os Magistrados e os membros do Ministério Público, em razão do contido nas suas respectivas leis orgânicas, deverão apresentar o formulário padrão - Anexo I, devidamente preenchido e assinado, com duas fotos recentes no tamanho 3X4, cópia da identidade funcional e o comprovante de capacidade técnica para manuseio de arma de fogo.”

Sustentam, ainda, que (eDOC 1, p. 6):

“Talvez tentando conferir alguma fundamentação para essa inovação legislativa contida na Instrução Normativa do DPF, veio o Presidente da República a editar o Decreto 6.715/08, que alterou o Regulamento da Lei do Desarmamento (Decreto 5.123/04) para inserir o art. 33-A com o seguinte texto, passando aí sim a estabelecer a obrigação de comprovação daquele que detinha porte de arma “em legislação própria” aos requisitos do artigo 4º da Lei do Desarmamento.”

O art. 33-A do Decreto 5.123/04 tem a seguinte redação:

“Art. 33-A. A autorização para o porte de arma de fogo previsto em legislação própria, na forma do caput do art. 6º da Lei no 10.826, de 2003, está condicionada ao atendimento dos requisitos previstos no inciso III do caput do art. 4º da mencionada Lei. (introduzido pelo Decreto n. 6.715, de 2008)”.

A justificar a ilegalidade dos atos, alegam que a Lei 12.694/2012, que submeteu os servidores do Poder Judiciário à Lei do Desarmamento, foi silente quanto à inclusão dos magistrados, razão pela qual, invocando o “silêncio eloquente” do legislador, dever-se-ia reconhecer que “todo e qualquer diploma infra-legal editado antes da Lei n. 12.694/2012 (...) teria sido revogado por essa lei” (eDOC 1, p. 11).

Aduzem, ainda, que o art. 33-A extrapola a disciplina legal, razão pela qual seria, em seu entender, um decreto autônomo. Sustentam,

porém, que, ao extrapolar os lindes da legislação, o decreto teria afrontado o disposto no art. 84, IV, da CRFB, porquanto os decretos destinar-se-iam apenas à fiel execução da lei.

Defendem que *“a prerrogativa contida no art. 33, V, da LOMAN não pode ser restringida por uma lei ordinária (e já se demonstrou que a Lei do Desarmamento não fez essa restrição)”* (eDOC 1, p. 16), isso porque as normas da LOMAN só poderiam ser regulamentadas, segundo seu entender, por lei de iniciativa do próprio Poder Judiciário ou por normas regimentais dos Tribunais ou do Conselho Nacional de Justiça.

Narram que, por meio de pedido administrativo, tais argumentos foram suscitados ao Departamento de Polícia Federal que teria se recusados a reconhecer a prerrogativa do art. 33, V, da LOMAN.

Invocam o precedente da Reclamação 11.323, julgada por este Supremo Tribunal Federal, assim como diversos outros precedentes para justificar a presença dos requisitos necessários à concessão da tutela de evidência.

A subsidiar a tutela de urgência, afirmam que *“o constrangimento ilegal está se sucedendo dia a dia perante os magistrados que precisam exercitar a prerrogativa do porte de arma para defesa pessoal”* (eDOC 1, p. 34).

Por essas razões, requerem, a tutela de urgência e evidência para o fim de suspender a eficácia das normas que estão impedindo o exercício regular da prerrogativa prevista no inciso V, do art. 33 da LOMAN, a fim de permitir que os magistrados possam realizar a aquisição, o registro e renovação de porte de arma de fogo, com dispensa da exigência de atestado de capacidade técnica e aptidão psicológica. No mérito, requerem a procedência da ação *“para o fim de, mantendo a tutela antecipada, proclamar a ilegalidade e inconstitucionalidade incidental do § 7º do art. 6º da IN n. 23/05 e do art. 33-A do Regulamento da Lei do Desarmamento, para o fim de declarar o direito dos magistrados de realizar a aquisição, o registro e a renovação de porte de arma de fogo, de sorte a assegurar o porte de arma para defesa pessoal, nos termos previstos no Estatuto da Magistratura, sem a necessidade de serem submetidos a testes de capacidade técnica e aptidão psicológica”* (eDOC

## AO 2280 / DF

1, p. 35).

A antecipação da tutela foi indeferida (eDOC 37).

Em nova manifestação, as autoras interpuseram agravo interno em que sustentam, em síntese, que os argumentos acolhidos para o indeferimento da liminar não se justificam.

A União, em contestação, aduz haver inadequação da via eleita, porquanto, segundo alega, a ação ordinária foi utilizada como sucedâneo de ação direta de inconstitucionalidade. Sustenta, ainda, ser necessária a apresentação da relação de substituídos, conforme decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 612.043.

No mérito, aduz ser improcedente o pedido. Cita recente decisão proferida pelo e. Ministro Gilmar, no julgamento da AO n. 1.666, para afirmar que os atos normativos impugnados “apenas conformam o exercício da prerrogativa prevista no art. 33, V, da LOMAN ao interesse pública na preservação da segurança e da incolumidade públicas” (eDOC 48, p. 13). Distingue porte da aquisição e registro de armas e defende que a LOMAN não poderia afastar as exigências estabelecidas para a aquisição e registro. Finalmente, adverte que a Lei 12.694/2012 não poderia ter revogado norma anterior aplicável aos magistrados, porquanto ela se destina a regular o porte de servidores dos quadros pessoais dos tribunais do Poder Judiciário. Com esses argumentos requereu a improcedência dos pedidos iniciais.

Em manifestação relativa ao agravo regimental interposto, defendeu a União a manutenção da decisão que indeferiu a medida liminar.

É, em síntese, o relatório. Decido.

Inicialmente, consigno que, adstrita a controvérsia a questões de direito, é cabível o julgamento antecipado do pedido nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil.

A União alega preliminares relativas à inadequação da via eleita, entendendo, para tanto, ser cabível a ação direta de inconstitucionalidade, e a necessidade de apresentação do rol dos eventuais representados.

A preliminar de inadequação é improcedente. Quando da decisão que indeferiu a tutela antecipada, rememorei que o Plenário desta Corte

## AO 2280 / DF

assentara a competência do Tribunal para conhecer originariamente das ações tendentes a assegurar a prerrogativa da magistratura garantida no art. 33, V, da LOMAN (Rcl 11.323, Rel. Ministra Rosa Weber, Relator para o Acórdão Min. Teori Zavascki, Pleno, DJe 31.07.2015). Nos termos em que ventilado o pedido inicial, embora haja pedido de declaração de inconstitucionalidade de ato normativo, ele é apenas incidental, no sentido de ser um antecedente lógico ao bem imediato visado, a saber, o exercício de prerrogativa funcional. A ação ostenta, pois, nítida feição mandamental. Sendo da competência do Tribunal o seu conhecimento, por força do disposto no art. 102, I, “n”, da CRFB, não subsiste a preliminar suscitada pela União.

No que tange à segunda preliminar, é preciso advertir que, embora tenha natureza mandamental, não é de mandado de segurança que se cuida, daí por que não se poderia cogitar da aplicação do disposto no art. 5º, LXX, da CRFB. Noutras palavras, não é hipótese de substituição processual, mas de simples representação. Assim, ante a qualidade de representante processual, a ação produzirá efeitos apenas em relação aos representados processuais das associações autoras, conforme precedente firmado no RE 612.043, Rel. Min. Marco Aurélio, Pleno, DJe 05.10.2017:

“Beneficiários do título executivo, no caso de ação proposta por associação, são aqueles que, residentes na área compreendida na jurisdição do órgão julgador, detinha, antes do ajuizamento, a condição de filiados e constaram da lista apresentada com a peça inicial”.

Registre-se, no entanto, que as autoras trouxeram em aditamento à inicial a lista de seus filiados, razão pela qual inexistente óbice para o julgamento da presente demanda.

No mérito, não assiste razão jurídica às autoras.

O cerne do argumento apresentado consiste na alegação de que *“a prerrogativa contida no art. 33, V, da LOMAN não pode ser restringida por uma lei ordinária (e já se demonstrou que a Lei do Desarmamento não fez essa restrição)”* (eDOC 1, p. 16). Conquanto correta a afirmação no que tange à

reserva de lei complementar, não objetivou o Estatuto do Desarmamento restringir prerrogativa dos magistrados. Com efeito, quando esta Corte examinou a constitucionalidade da Lei 10.826, o então Relator Ministro Ricardo Lewandowski assentou que:

“Princípio afirmando que a análise da higidez constitucional da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, denominada Estatuto do Desarmamento, deve ter em conta o disposto no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal, que garante aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à segurança, ao lado do direito à vida e à propriedade, quiçá como uma de suas mais importantes pré-condições.

Como desdobramento desse preceito, num outro plano, o art. 144 da Carta Magna, estabelece que a segurança pública constitui dever do Estado e, ao mesmo tempo, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Trata-se, pois, de um direito de primeira grandeza, cuja concretização exige constante e eficaz mobilização de recursos humanos e materiais por parte do Estado.

O dever estatal concernente à segurança pública não é exercido de forma aleatória, mas através de instituições permanentes e, idealmente, segundo uma política criminal, com objetivos de curto, médio e longo prazo, suficientemente flexível para responder às circunstâncias cambiantes de cada momento histórico.

Nesse sentido, observo que a edição do Estatuto do Desarmamento, que resultou da conjugação da vontade política do Executivo com a do Legislativo, representou uma resposta do Estado e da sociedade civil à situação de extrema gravidade pela qual passava – e ainda passa - o País, no tocante ao assustador aumento da violência e da criminalidade, notadamente em relação ao dramático incremento do número de mortes por armas de fogo entre os jovens.

A preocupação com tema tão importante encontra repercussão também no âmbito da comunidade internacional,

cumprindo destacar que a Organização das Nações Unidas, após conferência realizada em Nova Iorque, entre 9 e 20 de julho de 2001, lançou o “*Programa de Ação para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves em todos os seus Aspectos*” (UN Document A/CONF, 192/15).

O Brasil vem colaborando com os esforços da ONU nesse campo, lembrando-se que o Congresso Nacional, aprovou, em data recente, por meio do Decreto Legislativo 36, de 2006, o texto do “*Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, adotado pela Assembléia-Geral, em 31 de maio de 2001, e assinado pelo Brasil em 11 de julho de 2001.*”

(ADI 3112, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 02/05/2007, DJe-131 DIVULG 25-10-2007 PUBLIC 26-10-2007 DJ 26-10-2007 PP-00028 EMENT VOL-02295-03 PP-00386 RTJ VOL-00206-02 PP-00538)

Como forma de se garantir esses objetivos, o Estatuto do Desarmamento passou a exigir o registro da arma de fogo com vistas a: (i) identificar as características e a propriedade de armas de fogo; (ii) cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País; (iii) cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal; (iv) cadastrar as transferências de propriedade, entre outras finalidades previstas no art. 2º da Lei 10.826/2003.

O registro “autoriza o proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa”, conforme dicção do art. 5º, *caput*, do Estatuto. Para ter acesso ao registro, são necessárias a comprovação de idoneidade, a apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e residência certa e a

## AO 2280 / DF

comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo.

O porte de arma, por sua vez, é, como regra, proibido. O porte só é possível aos integrantes das carreiras integrantes do rol estabelecido no art. 6º do Estatuto do Desarmamento e, bem assim, daquelas cuja prerrogativa tenha sido estabelecida em lei geral editada pela União. Nesse sentido, este Tribunal tem reconhecido a inconstitucionalidade de leis estaduais que, a pretexto de regulamentar carreiras locais, concedem prerrogativa incompatível com a competência constitucionalmente atribuída à União para “autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico” (art. 21, VI, da CRFB). Confirmam-se:

“Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. LEI 6.968/1996, ALTERADA PELA LEI 7.111/1997, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. AUTORIZAÇÃO DE PORTE DE ARMA PARA AUDITORES FISCAIS DO TESOIRO ESTADUAL. PRELIMINARES REJEITADAS. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. 1. Cabe à União, nos termos do art. 21, VI; e 22, I, da Constituição, a definição dos requisitos para a concessão do porte de arma de fogo e dos possíveis titulares de tal direito, inclusive no que se refere a servidores públicos estaduais ou municipais, em prol da uniformidade da regulamentação do tema no país, questão afeta a políticas de segurança pública de âmbito nacional (Precedentes: ADI 2.729, Rel. Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, DJe de 11/2/2014; ADI 2.035-MC/RJ, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI, Tribunal Pleno, DJ de 4/8/2000; ADI 3.112, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, DJ de 26/10/2007; AI 189.433-AGR/RJ, Segunda Turma, DJ de 21/11/1997; HC 113.592, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, 2ª Turma, DJ de 3/2/2014). 2. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.”

(ADI 4962, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 12/04/2018, PROCESSO



ELETRÔNICO DJe-080 DIVULG 24-04-2018 PUBLIC 25-04-2018)

“COMPETÊNCIA NORMATIVA – ESTADO-MEMBRO – REMISSÃO A LEI FEDERAL. A técnica da remissão a lei federal, tomando-se de empréstimo preceitos nela contidos, pressupõe a possibilidade de o estado legislar, de modo originário, sobre a matéria. COMPETÊNCIA NORMATIVA – ARMAS DE FOGO – APREENSÃO E DESTINAÇÃO. Cumpre à União disciplinar, de forma exclusiva, a destinação de armas de fogo apreendidas. Considerações e precedentes.”

(ADI 3193, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 09/05/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-151 DIVULG 05-08-2013 PUBLIC 06-08-2013).

A autorização legal para o porte, por sua vez, não dispensa os integrantes das carreiras indicadas no art. 6º da Lei. Ao contrário, a dispensa foi expressamente prevista apenas para os integrantes de algumas carreiras, nos termos do §4º do art. 6º do Estatuto do Desarmamento:

“§ 4º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4º, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei.”

Para as demais carreiras, os requisitos relativos à comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo permanecem válidos, conforme previsão constante do §2º do art. 6º:

“§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII e X do *caput* deste artigo está condicionada à comprovação do

## AO 2280 / DF

requisito a que se refere o inciso III do *caput* do art. 4º desta Lei nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.”

Noutras palavras, nos termos em que redigida a lei, os requisitos para o registro, aplicáveis, de acordo com o art. 4º do Estatuto do Desarmamento, a todos os interessados, somente podem ser excepcionados nos casos expressamente indicados pela própria legislação.

O direito ao porte não dispensa o proprietário do cumprimento dos requisitos relativos ao registro, salvo nos casos em que a lei assim o definir. Tal conclusão pode ser deduzida da especificidade do registro, compreendido como obrigação legal imposta com vistas a controlar o comércio de armas de fogo. De fato, o controle de armas é promovido, nos termos da legislação, pelo registro e pela limitação do porte. Apenas a lei poderia autorizar o porte e apenas a lei pode dispensar as exigências para o registro.

Nesse sentido, em comentários ao Estatuto do Desarmamento, Ângelo Fernando Faccioli defende que:

“Mesmo as categorias civis com tratamento especial não deve ser dispensadas da realização de testes de capacitação técnica, como são os magistrados, os promotores/ procuradores de justiça e os fiscais da Receita Federal do Brasil”.

(FACCIOLLI, Ângelo Fernando. Lei das Armas de Fogo – Lei 10.826/03. 8ª edição. Curitiba: Editora Juruá, 2015, p. 90).

Isso porque, segundo adverte o mesmo autor:

“O porte confere habilitação (técnico-psicológica) ao uso da arma. É autorização administrativa pura, sujeita à revogação inclusive, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade. Esse tipo de concessão especial não é eterno; não se trata de licença. Mesmo os magistrados, promotores, militares podem ter o porte cassado ou suspenso, desde que devidamente justificado.”

(Idem, p. 69-70).

Também é essa a orientação mais recente do Superior Tribunal de Justiça:

“É típica e antijurídica a conduta de policial civil que, mesmo autorizado a portar ou possuir arma de fogo, não observa as imposições legais previstas no estatuto do Desarmamento, que impõem registro das armas no órgão competente.”

(RHC 70.141/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 16/02/2017).

“ADMINISTRATIVO. REGISTRO DE ARMA DE FOGO. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NECESSIDADE. PORTE E REGISTRO. DISTINÇÃO.

1. O Estatuto do Desarmamento estabelece que o registro do material bélico é obrigatório, nos órgãos competentes (art. 3º da Lei 10.826/2003) proibindo o porte de arma em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria (art. 6º da Lei 10.826/2003).

2. A Lei 10.826/2003 condiciona a aquisição de arma de fogo e a expedição do respectivo registro ao cumprimento de requisitos dispostos no art. 4º da referida lei. Segundo o art. 4º, III, do Estatuto do Desarmamento, para o registro de arma de fogo é necessário, entre outros requisitos, que o interessado comprove capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo, atestada na forma disposta no regulamento da Lei 10.826/2003.

3. A Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) garante o porte de arma, independentemente de qualquer ato formal de licença ou autorização (art. 42), com similar prerrogativa aos magistrados (art. 33 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional).

4. A capacidade técnica é um dos requisitos para o registro de arma de fogo, e não para o porte de arma. O presente

requisito técnico visa atestar que o interessando possui conhecimentos básicos, teóricos e práticos, para o manuseio e uso de arma de fogo que se pretende adquirir. Não resta dúvida de que aquele que visa adquirir arma de fogo deve ao menos conhecer o funcionamento do instrumento bélico, bem como as normas de segurança sobre o uso e manuseio de arma de fogo.

5. O Superior Tribunal de Justiça, na Ação Penal 657/PB, teve a oportunidade de consignar que a Lei 10.826/2003 "não dispensa o respectivo registro de arma de fogo, não fazendo exceções quanto aos agentes que possuem autorização legal para o porte ou posse de arma".

6. A mens legis do Estatuto do Desarmamento sempre foi o de restringir o porte e a posse de armas de fogo, estabelecendo regras rígidas para este fim. Há também um procedimento rigoroso de registro e recadastramento de material bélico.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1327796/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 04/08/2015).

“AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. DENÚNCIA PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 16 DA LEI N. 10.826/2003.

1 - Considera-se incurso no art. 16 da Lei n. 10.826/2003 aquele que detém a posse ou porte de arma de fogo de uso restrito sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, sem registro, portanto, no Comandado do Exército, contrariamente ao que determina o art. 3º, parágrafo único, da Lei n. 10.826/2003 e os arts. 33 e 34 do Decreto n. 5.123/2004.

2 - Os magistrados, bem como aqueles que a eles se equiparam por força de lei, estão sujeitos à disciplina da Lei n. 10.826/2003 no diz respeito ao porte e posse de armas de fogo.

3 - Denúncia recebida por prática de delito previsto no art.

## AO 2280 / DF

16 da Lei n. 10.826/2003.”

(APn 657/PB, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/05/2011, DJe 03/06/2011).

Dessa forma, o aparente silêncio da lei relativamente aos magistrados não pode ser interpretado como se os dispensasse do registro, obrigação legal que incide sobre todos os brasileiros. A lei em nada altera o direito ao porte de armas, prerrogativa inerente à carreira, garantida pela própria LOMAN. Não há, no que tange à disciplina do registro de armas, reserva de lei complementar.

É nesse sentido, isto é, de reconhecer que a obrigação é geral, que se deve ler o precedente firmado recentemente pelo e. Ministro Gilmar Mendes, quando do julgamento da AO 1.666, DJe 06.02.2018:

“O manuseio e o emprego de arma de fogo demandam habilidade de ordem motora, especialmente para o aprimoramento das técnicas de tiro e manutenção da respectiva arma, bem como acerca do conhecimento das normas de segurança. Acerca do assunto, juntamos em anexo cópia da cartilha de armamento e tiro nos moldes estabelecidos pela Polícia Federal. O domínio das referidas disciplinas legitima e credencia o proprietário de arma de fogo, sob a perspectiva da habilidade técnica, a mantê-la em sua residência ou empresa, se for o responsável legal.

Ainda, se o proprietário for titular da prerrogativa de porte de arma, o exame de capacidade técnica legitima o manuseio e possibilita a utilização segura da arma de fogo, de acordo com as diretrizes do Estatuto do Desarmamento.

O exame de capacidade técnica proporciona ao proprietário de arma de fogo um conhecimento específico da arma que pretende adquirir ou renovar o respectivo certificado de registro. É a única oportunidade em que o Estado, através da Polícia Federal, tem contato com o proprietário de arma de fogo e, ao avaliá-lo, o habilita ao manuseio e emprego, com

segurança, sob o ponto de vista técnico.”

No mesmo sentido,

Não é procedente, portanto, o argumento apresentado pela inicial no sentido de que somente a partir da publicação do Decreto 6.715/08 “é que passou a haver a exigência de comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para a aquisição de arma de fogo, de uso permitido, daqueles que possuem ‘porte de arma de fogo previsto em legislação própria’, no Regulamento da Lei do Desarmamento” (eDOC 1, p. 6). Não há silêncio eloquente na lei, nem há submissão dos magistrado a uma obrigação que a lei não exige. Tampouco há extrapolação dos limites regulamentares pelo Decreto e pela Instrução Normativa, os quais, como visto, limitaram-se a reconhecer, nos termos da própria legislação, que a carreira da magistratura submete-se às exigências administrativas disciplinadas por ela.

Ante o exposto, julgo improcedente o pedido formulado pelas associações autoras, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, prejudicado o agravo regimental.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2018.

**Ministro EDSON FACHIN**

Relator

*Documento assinado digitalmente*